

Categoria aceita proposta do governo e suspende a paralisação iniciada há 10 dias, mas se mantém em estado de greve até concluir a negociação

# Médicos de Brasília voltam ao trabalho

Da redação

A partir de hoje, o atendimento médico volta ao normal nos ambulatórios e enfermarias dos hospitais, postos e centros de saúde da rede pública de Brasília. Em assembleia realizada ontem à noite, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde, os médicos suspenderam a paralisação iniciada há 10 dias e decretaram estado de greve por um mês. Eles aprovaram a proposta do governo do Distrito Federal (GDF), que concordou com a criação de um plano de carreira para a categoria, com o retorno da jornada de trabalho de 20 horas semanais e aceitou mudar de nível os profissionais contratados nos últimos cinco anos, representando um aumento salarial entre 20% e 30%.

O GDF se comprometeu a atender outras reivindicações da categoria. Conforme a proposta apresentada ao Sindicato dos Médicos pelo secretário de Saúde, Jofran Frejat, o governo aceitou parar com o desconto de 11% de INSS sobre as horas extras já a partir do próximo mês. Além disso, concordou em pagar uma hora extra a mais nos plantões de 12 horas e em substituir os médicos afastados legalmente. O GDF ainda ressarcirá os profissionais pelas consultas feitas na rede pública por meio de convênios particulares e se empenhará na aprovação do projeto de pagamento de produtividade, enviado à Câmara Legislativa.

Pela proposta, o governo terá duas alternativas para fazer retornar à jornada de 20 horas semanais. O GDF poderá reimplantá-la por intermédio de medida administrativa ou, então, encaminhar projeto de lei à Câmara. O governo também enviará ao Legislativo projeto criando a carreira de médico no serviço público do DF. Quando a lei for promulgada, será criada uma comissão, com representante da categoria, para elaborar o plano

Fotos: Edson Gês



SINDICATO DOS MÉDICOS APRESENTA À CATEGORIA PROPOSTA FEITA PELO GOVERNO PARA ACABAR COM A GREVE

de cargos e salários. "Essa será a oportunidade de corrigir as atuais distorções salariais dos médicos do GDF", disse o diretor-administrativo do sindicato, Arnaldo Alves.

Por enquanto, apenas os médicos contratados nos últimos cinco anos terão aumento salarial. O governo, informou Alves, aceitou mudar de nível esses profissionais. "Isso significa um reajuste entre 20% e 30% para esse pessoal." Para o sindicalista, a categoria tomou uma decisão madura ao acabar com a greve. "Estamos só no início do movimento pelo resgate da dignidade médica. Nos próximos 30 dias, vamos estar em estado de greve e nos reuniremos nas regionais de saúde para tratar das nossas reivindicações." Segundo ele, o descumprimento do acordo pelo governo poderá provocar nova greve.

Aprovada por maioria, a suspensão da greve não agradou a todos os médicos, especialmente aqueles que não terão a recom-

posição salarial a ser concedida aos contratados nos últimos cinco anos. "Entramos em greve discutindo uma coisa e saímos aceitando outra", lembrou o médico Ivan Tavares, referindo-se à pauta de reivindicações aprovada na primeira assembleia. Na ocasião, a categoria definiu como pontos de discussão com o governo o pagamento do reajuste de 28,86%, prometido por Joaquim Roriz durante a campanha eleitoral, e o aumento de 63,68%, referente às perdas salariais dos últimos seis anos.

Os médicos mais antigos também reclamaram do não-pagamento dos precatórios, avaliados hoje em R\$ 440 milhões. Segundo um profissional, que preferiu não se identificar, Roriz teve quatro encontros com uma comissão da categoria, durante a campanha eleitoral, e prometeu pagar os precatórios. "Depois de eleito, começou a mudar o discurso e, no mês passado, numa reunião em Águas Claras, falou não poderia pagá-los."

## VANTAGENS CONQUISTADAS

■ Criação da Carreira de Médico, com plano de cargos e salários

■ Troca de nível dos médicos novos, com aumento entre 20% e 30%

■ Retorno à jornada de 20 horas semanais a partir de agosto

■ Fim do desconto de 11% de INSS sobre horas extras

■ Pagamento de uma hora extra a mais nos plantões de 12 horas

■ Produtividade e ressarcimento das consultas de convênios na rede pública